



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: O trabalho profissional de  
Assistentes Sociais**

**O trabalho do/da Assistente Social na Central Única de Vagas  
de Londrina: uma sistematização das experiências a partir da  
atuação profissional**

Joelma Gonçalves Santana Rosa <sup>1</sup>  
Nilza Ferreira dos Santos Fontana<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade apresentar a atuação profissional do/da assistente social na SME- Secretaria Municipal de Educação , mais especificamente na Central Única de Vagas da Educação Infantil do município de Londrina/PR, enquanto um espaço sócio ocupacional do serviço social. Pondera-se sobre os desafios profissionais na trama do capitalismo e as possibilidades do atendimento e intervenção deste profissional junto à população usuária, em conjunto com outros profissionais que compõem toda a rede de serviço de garantia e proteção dos direitos da criança e suas famílias. Suscita considerações sobre o exercício profissional na contribuição para a efetivação do direito à educação infantil e na direção social assumida pela profissão.

**Palavras-chave:** Política de Educação, Trabalho Profissional, Serviço Social.

**Abstract:** The purpose of this article is to present the professional performance of the social worker in the SME - Municipal Department of Education, more specifically in the Central Única de Vagas da Educação Infantil in the municipality of Londrina/PR, as a socio-occupational space of social work. It is considered about the challenges and possibilities of the care and intervention of this professional with the user population, together with other professionals who make up the entire service network of guarantee and protection of the rights of children and their families. It raises considerations about the professional practice in the contribution to the realization of the right to early childhood education and in the social direction assumed by the profession.

**Keywords:** Education Policy, Professional Work, Social Work.

---

<sup>1</sup> Assistente Social no CRAS Norte A (Secretaria Municipal de Assistência Social/ Londrina-Pr), especialista em Trabalho Social com Famílias, e-mail: joelmasanty@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Assistente Social na Central Única de Vagas (Secretaria Municipal de Educação/ Londrina-Pr), especialista em Trabalho Social com Famílias, e-mail: nilza.fontana77@gmail.com.



## 1. INTRODUÇÃO

A intenção desse artigo, é além de documentar sobre a atuação do serviço social na Central de Vagas, buscar refletir sobre o fazer profissional do/da assistente social, na estrutura da Secretaria Municipal de Educação do município de Londrina. A Central Unica de Vagas, responde à Diretoria Administrativa e Planejamento, desta secretaria e embora não esteja localizada no nível de ensino, ou seja, numa diretoria pedagógica, a Central Unica de Vagas representa o primeiro contato dos usuários com a política de educação.

A proposta de uma Central única de vagas em creches surgiu com o objetivo de reduzir de maneira significativa a fila de espera para o serviço, eliminar a prática clientelista e as ações judiciais por vagas, através da centralização da gestão e triagem de vagas para o ingresso de crianças de 0 a 3 anos na rede pública municipal em um único local.

A partir da recomendação conjunta 01/2027, do Ministério Público do Paraná, Defensoria Pública do estado do Paraná e do poder executivo municipal, em 2015 uma equipe foi designada para este trabalho deu início ao desenvolvimento de um trabalho diferenciado, pautado no princípio do atendimento humanizado, de acolhimento e de escuta das famílias, identificação das vulnerabilidades e potencialidades destas, procedendo quando necessário, encaminhamentos emergenciais de crianças em situação de extrema vulnerabilidade social para as creches das diferentes regiões de Londrina.



## 2. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO AMBITO EDUCACIONAL

Em se tratando do trabalho realizado por assistentes sociais no âmbito educacional, se torna relevante enfatizarmos a luta destes profissionais a partir de suas práxis, pela disseminação do direito ao acesso, e ações que cooperam para viabilizar o direito da criança de frequentar e permanecer na escola.

A partir dessa contextualização, enfatiza-se a importância sobre o debate do Serviço Social no cenário educacional, podendo a profissão colaborar para um projeto de construção a partir das políticas públicas, programas, projetos sociais, projetos políticos pedagógicos (PPP) conforme estabelece as Leis de Diretrizes de Base- LDB.

“A Lei n 13.935, de 11 de dezembro de 2019, prevê que as redes públicas de Educação Básica contarão com serviços da Psicologia e do Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação”. E ainda de acordo com o que estabelece o conjunto CFESS – CRESS em seu documento:

“Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, que tem como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socialidade humanizadoras. O intuito maior é comunicar a categoria profissional com elementos constituídos a partir de uma concepção de educação coerente com o nosso projeto ético-político profissional, que, por sua vez, reconheça as particularidades da atuação do/a assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação” (CFESS, 2019).

De acordo com alguns renomados autores, a trajetória histórica do Serviço Social na Educação, não é algo recente, é o que afirma a autora Almeida, (2007)

“[...] a inserção do assistente social na área da educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista”

Segundo Yamamoto (1992), ainda nesta perspectiva histórica, refere que a atuação do assistente social é necessariamente marcada por interesses contraditórios entre as classes. Desta forma, é preciso pensar nas contribuições do serviço social na perspectiva do



Projeto Ético – Politico Profissional no âmbito da Política de Educação, bem como no compromisso do assistente social com a classe subalternizada, como preconizado em um dos princípios do código de ética que estabelece que o profissional deva ter um “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993)

Na área educacional, o Serviço Social pode operar de modo ampliado, no atendimento e acolhimento as demandas de estudantes e suas famílias, junto a outros profissionais e serviços que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes. Assim sendo, a sua intervenção desdobra-se a partir de várias ações do seu fazer profissional, e que exigem estratégias e técnicas vinculadas às ações de trabalho que atendem o público infantil da rede educacional.



## **2 – SERVIÇO SOCIAL DA CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM LONDRINA**

### **2.1 A prática profissional do assistente social na Central Única de Vagas**

O trabalho do assistente social na Central de Vagas ocorre desde o ano 2015, quando a Central foi implantada, contava com uma assistente social, cedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em regime de horário excepcional. Com a possibilidade de contratação por meio do processo de teste seletivo em 2020, pode-se contar com mais uma profissional. Desta forma, dando-se continuidade no trabalho que tem como objetivo primordial o de construir uma prática de qualidade e continua em favor da equidade, e justiça social ao público em geral que buscam uma vaga nos CMEI e CEI na rede pública e privada de educação em Londrina, mas com um olhar de totalidade para as demandas trazidas pelas famílias e crianças em situação de vulnerabilidade social, público atendido pelas políticas públicas, assegurando a esses a equalização de oportunidades educacional.

Como claramente estabelece o código de ética do Serviço Social, nossa prática será em favor de um:

“Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CEFESS, Lei 8.662/93, PAGINA 23).

A educação infantil tem importante papel no desenvolvimento integral, e na construção da cidadania de todas as crianças. Desta forma, a Central Única de vagas visa atender os diferentes públicos que buscam o serviço, independente da classe social, raça ou etnia, no entanto, as vezes se depara com o grande desafio para atender à necessidade das demandas apresentadas, em detrimento ao número de vagas disponíveis pela rede pública de ensino.

Neste contexto, o Serviço Social da Central Única de Vagas vem contribuir junto a coordenação, realizando ações e intervenções ao público atendido, comprometido com os valores que dignifiquem e respeitem as famílias em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, por meio do apoio e de orientação, e reforçando sempre a educação como direito constitucional a todos os públicos.

No artigo 6.º da Constituição Federal de 1988, diz que a educação é um direito fundamental de natureza social e o artigo 205 diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da



pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Destaca-se ainda que o serviço social da Central de Vagas operacionaliza suas ações articuladas com a rede de serviço que atende as famílias e infantes em situações diversas de desproteção social, como: (Conselhos Tutelares, CRAS- Centro de Referência de Assistência social, CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência social, Ministério Público, CAM, Defensoria Pública, e a notável equipe de professores(as) mediadores da COMAI - Coordenadoria de Mediação e Ação Intersetorial), sendo que a articulação e complementariedade todos esses serviços somados, contribuem na elaboração, execução e ações de orientações sócio familiar, visando proporcionar a oportunidade com vagas para os diferentes públicos de crianças de 0 a 3 anos, em CMEI e CEI do sistema educacional de Londrina.

Para discorrermos sobre a intervenção do Serviço Social na Central Única de Vagas, se faz necessário situar que, como qualquer outro espaço sócio-ocupacional, que também está inserido no contexto do sistema capitalista que é marcado pelos reflexos destruidores do neoliberalismo, que tem como eixo central a retração do Estado para com os interesses voltados para a área social, privilegiando assim as ações que estrategicamente são implementadas para favorecer o crescimento econômico e dentro dessa lógica que somos requisitados, para reproduzir a lógica burguesa.

Pensar os elementos do trabalho é pensar na trama do capitalismo, que produz riqueza, mas produz pobreza. Cabe destacar que a profissão se realiza nos marcos da sociabilidade capitalista e ainda que olhemos criticamente, nossa resposta é para o capital, a sociabilidade capitalista requer o serviço social é um instrumento dessa sociedade. Dessa forma, a atividade profissional atua dentro do processo das expressões da questão social, como a autora aponta, a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (Iamamoto 2009).

Esse referencial nos aproxima de uma reflexão sobre o trabalho dentro da sociedade de classes, sobre o conjunto das desigualdades sociais. Nesse contexto o assistente social se insere como trabalhador com condições objetivas de trabalho e que atende o (a) usuário (a) trabalhador (a) dentro desse processo produtivo. O serviço social é trabalho, é um ato consciente, uma ação teleológica e entendida como práxis social uma ação para a transformação da sociedade.



A praxis social implica não apenas a execução de intervenções práticas, como também a contínua reflexão sobre as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam as situações enfrentadas pelos clientes do serviço social. Os assistentes sociais buscam entender as causas subjacentes dos problemas sociais e trabalham para promover mudanças sistêmicas que melhorem as condições de vida das pessoas e comunidades que atendem.

O exercício profissional é vinculado aos serviços e equipe e mediados pelas requisições previamente estabelecidas, dentre as requisições, as mais imediatas está no atendimento aos usuários (as) trabalhadores (as) com necessidade de vaga.

Somos profissionais com formação para fazer análise de onde estamos trabalhando, onde estamos inseridos, buscar o conjunto de conhecimento sobre políticas sociais, política de educação, não a educação pela competência ou pela empregabilidade, mas a educação para a transformação da realidade social.

O que cotidianamente precisamos questionar é: quais as intencionalidades ao demandar o serviço social na Central de Vagas? Como profissional nós nos preparamos para dar respostas interventivas as requisições profissionais. Num primeiro momento, tendo clareza que a presença do assistente social não altera a falta de vagas, mas a nossa intervenção está em entender a dinâmica social onde essa família, onde a criança está inserida.

Também compreender que há um limite para a nossa ação, mas há uma possibilidade para nossa ação que é a implementação de políticas. Não culpabilizar o indivíduo, o indivíduo não é responsável exclusivo pela sua condição social

**REVER ESSE PARAGRAFO**



Importância da sistematização da prática

levantamento para identificação da demanda nosso trabalho

ASSISTENTE SOCIAL na central de vagas E A INTERLOCUÇÃO com a rede de proteção / serviços : rede onde problematizo,

Ampliou demandas, rede passou a requisitar mais a central de vagas

### **3 - CONCLUSÃO**





## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, Belo Horizonte, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 17 fev. 2024

CFESS. TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** 2019 Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, 1993.

SILVA, Marcela M. J. **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática.** Campinas, SP: Editora Papel Social, 2012.

IAMAMOTTO, M.V.O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

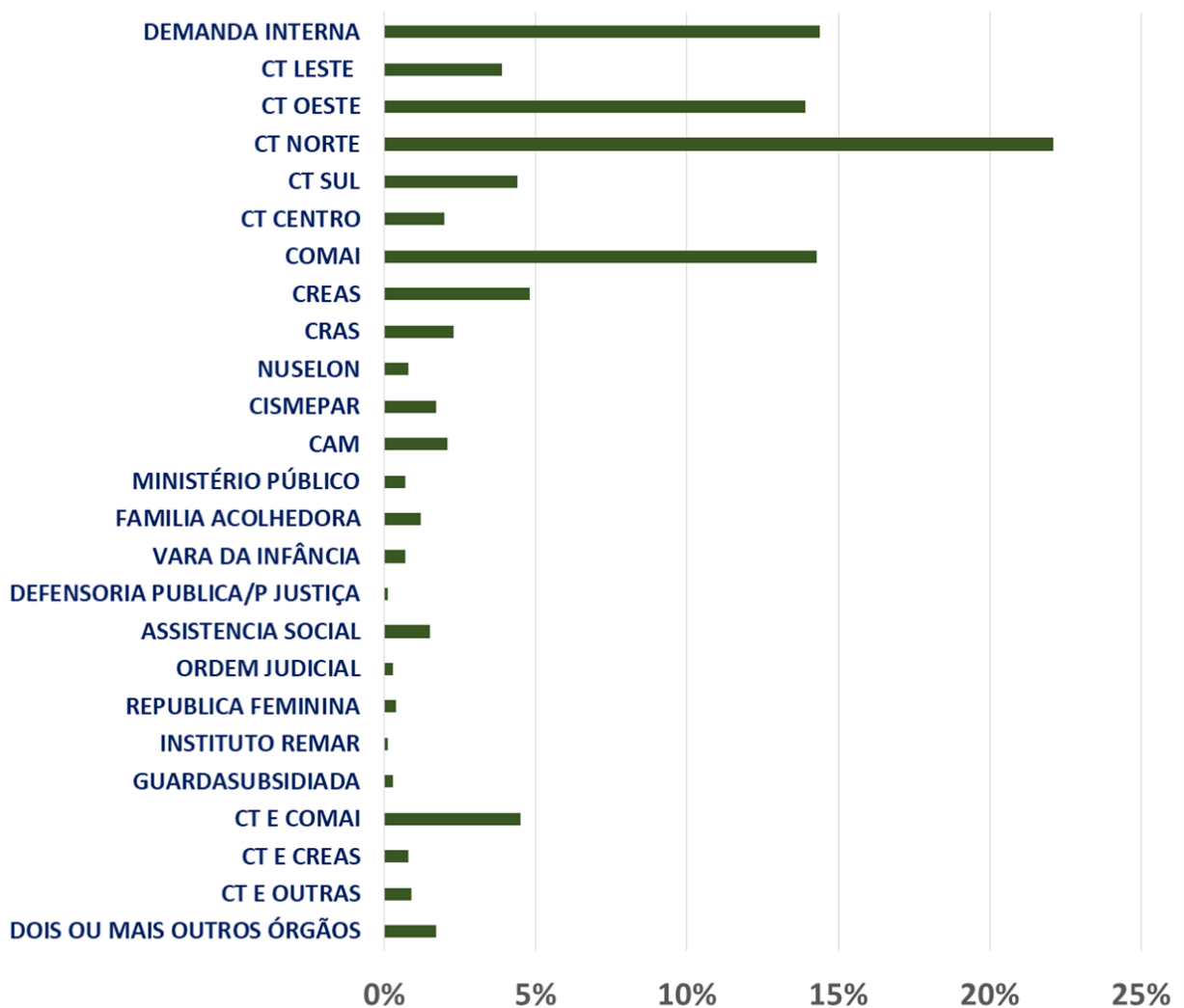


## ANEXOS

**FIGURAS COM A APRESENTAÇÃO DE DADOS APROXIMADOS REFERENTES AOS ATENDIMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL REFERENTE À INSERÇÃO DO PÚBLICO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM LONDRINA NO ANO DE 2023.**

- Foram realizados aproximadamente 748 atendimentos – entre demanda interna e mais 24 órgãos solicitantes que compõem a rede de proteção.

**Figura 1. Proporção de solicitação de vagas entre os órgãos solicitantes.**

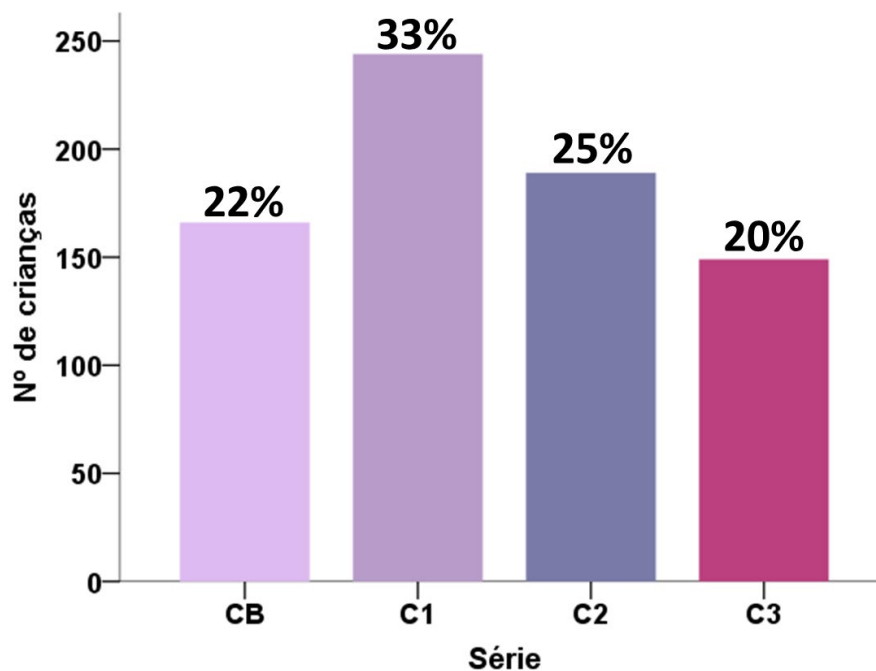




- A maior demanda vem dos Conselhos Tutelares com destaque para o Conselho Tutelar da região Norte, seguido da demanda interna (recepção da Cental Unica de Vagas).

Obs: no grafico acima se observa um pequeno percentual que vem encaminhado pela Secretaria de Educação – SMS. para atendimento prioritario junto ao Serviço Social.

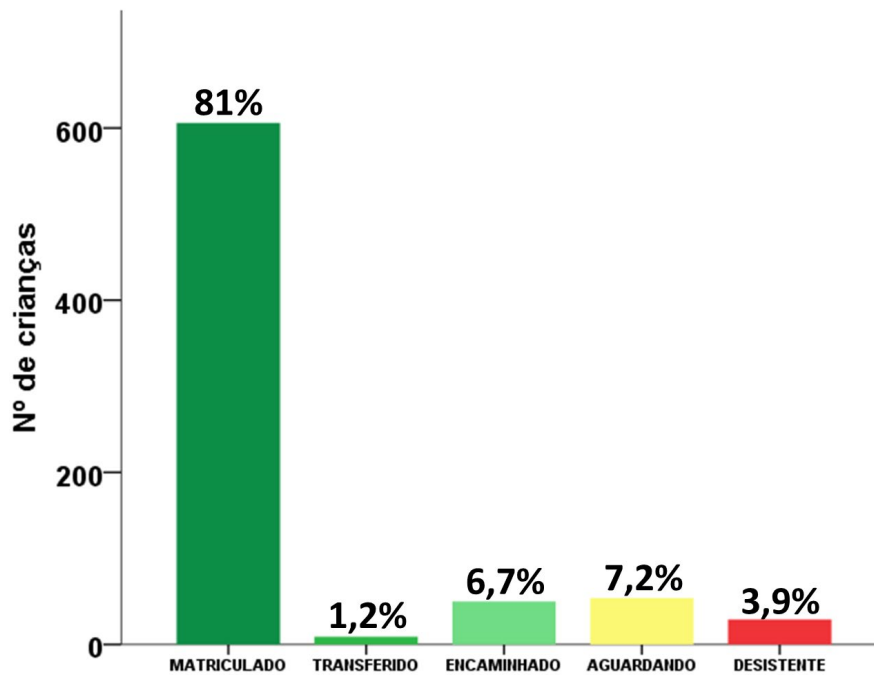
**Figura 2. Proporção de séries solicitadas (n=748).**



- Observa-se que há uma grande procura pelo publico da série C1 – o que leva a crer que a maioria dos pais optao por esperar, pois tem preferencia por ficar com o bebê em casa nos seus primeiros meses, ou seja, na faixa etaria que compreende a série CB.



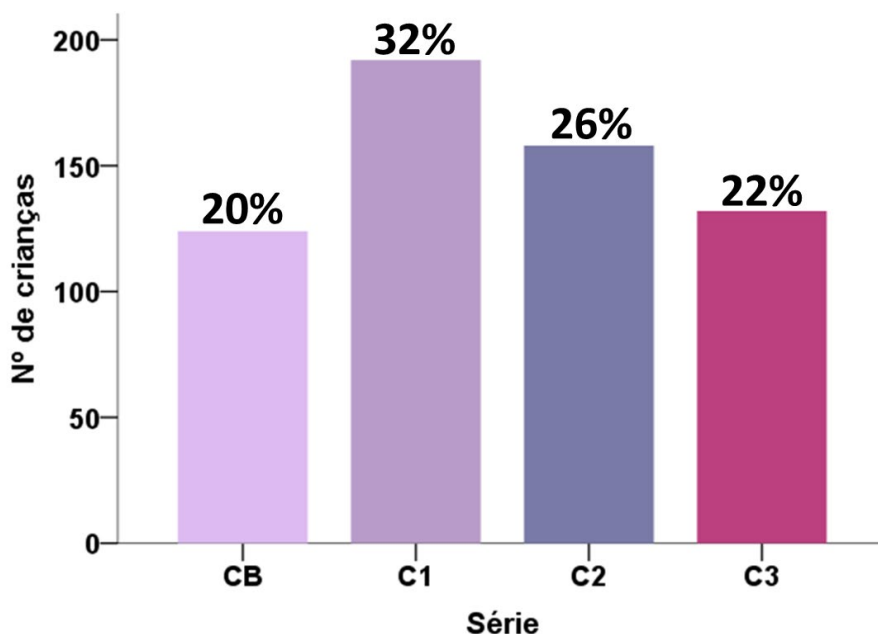
**Figura 3. Desempenho de matrículas (n=748)**



- Das 748 crianças com solicitação para inserção em CMEI ou CEI - a faixa etaria C1 foram as que tiveram o maior numero de matriculas efetivadas, somando 606 confirmando assim, a faixa etaria com maior demanda, de vagas na Central Unica de Vagas



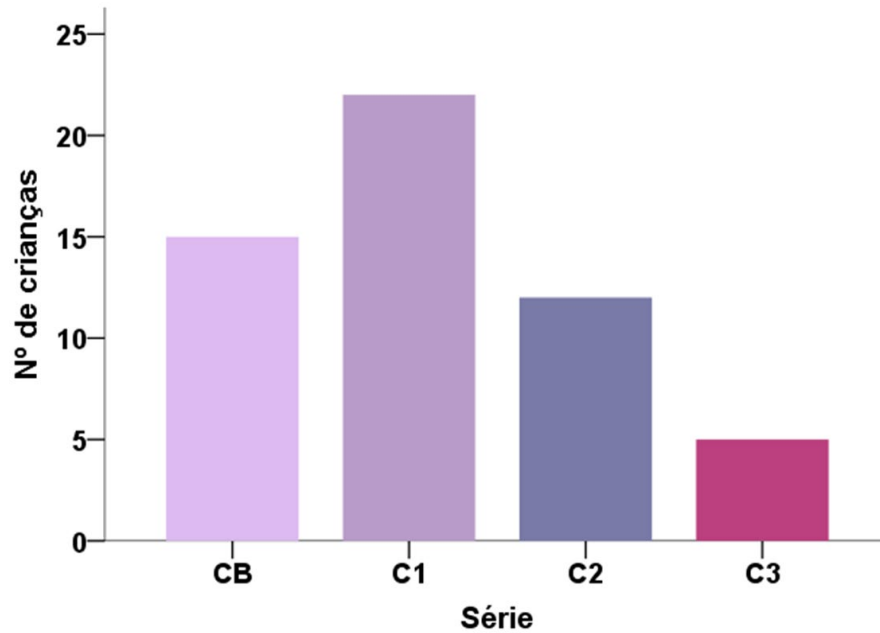
Figura 4. Proporção de série entre os matriculados (n=606).



- Nas figuras 2,3 e 4 – comprova-se que das 748 crianças atendidas, tivemos um percentual de oitenta e um por cento de alunos matriculados, o que se soma a estes os 6,7% de alunos que também foram encaminhados, porém, não tiveram as matrículas efetivadas por seus pais ou responsáveis. Segue que outras crianças continuam aguardando o encaminhamento, e os 3,9% refere-se ao público de crianças cujos pais, optaram por desistir da vaga.



**Figura 5. Proporção de séries entre os que estão aguardando vaga (n=54).**



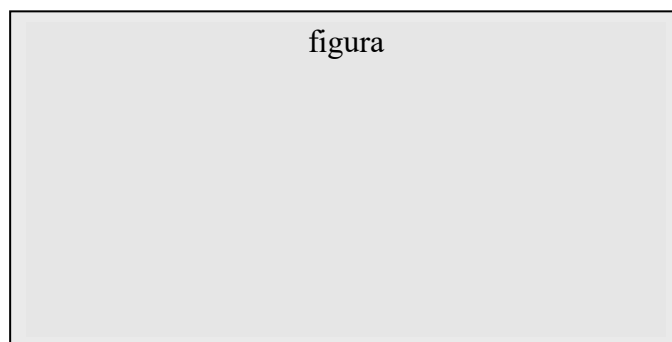
- Como mostra o gráfico, a faixa etária C1 continua no topo destacando o percentual da faixa etária de alunos C1 aguardando uma vaga nos Centros de Educação Infantil de Londrina.



1 Os Trabalhos devem obedecer ao seguinte formato:

- a) A folha de rosto será preenchida em formulário on-line no ato da inscrição do trabalho, como garantia de anonimato no processo de avaliação. Conterá o título do trabalho, nome (s) do (s) autor (es), com respectiva profissão, vínculo institucional (cargo/ função) título acadêmico, e-mail e a vinculação a um eixo temático.
  - b) O trabalho completo submetido poderá ter no máximo 5 (cinco) autores.
  - c) Cada autor poderá enviar no máximo 2 (dois) trabalhos.
  - d) O trabalho completo deve conter **no mínimo de 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) páginas**. Deve ser digitado, com utilização de editores Word for Windows 6.0 ou 7.0, fonte Arial, corpo 11, espaço um e meio entre as linhas do texto. Margens direita, esquerda, superior e inferior 2,5 cm. Para citações longas, fonte Arial, corpo 9 e espaço simples, com recuo de 4 cm.
  - e) A primeira página do texto deverá incluir o Eixo a que se vincula o trabalho; o título do trabalho; o resumo; palavras-chave; abstract e keywords. **O RESUMO DEVE OBEDECER ÀS ORIENTAÇÕES INDICADAS ACIMA, PARA A CONSTRUÇÃO DESTES ELEMENTOS.**
- INTRODUÇÃO**, seguida das demais seções que constituem o **DESENVOLVIMENTO** do trabalho, e dos **RESULTADOS E CONCLUSÕES**. Cada seção deve ser antecedida por um algarismo arábico, ajustado à margem esquerda.
- g) Os títulos das seções primárias deverão ser digitados em maiúsculas e em negrito. Os títulos das seções secundárias, apenas com a inicial em maiúscula e as demais letras em minúsculas exceto quando se tratar de nomes próprios que devem ser em letras maiúsculas; os títulos das demais seções deverão ser digitados em minúsculas e sem negrito;
  - h) Um espaço duplo deverá ser utilizado entre os títulos das seções e o texto subsequente, da mesma forma que entre o texto e um novo título de seção.
  - i) As tabelas e/ou ilustrações (quadros, desenhos, gráficos, fotografias, plantas, mapas etc.), que possam compor os trabalhos, deverão ser restritas ao mínimo indispensável, e numeradas consecutivamente com algarismos arábicos.
  - j) As tabelas/ilustrações deverão ser encimadas pela indicação do seu número e título respectivo, apenas com a inicial em maiúscula, ex.: Tabela 1 – Título da tabela. As fotografias deverão ser em preto e branco.

**Figura 1** – Exclusão social.



**Fonte:** Revista como Mudar (1985).

- k) As citações deverão ser indicadas no texto através do sistema de chamada autor-data, utilizando-se o rodapé com números, apenas para notas explicativas.



**l)** As REFERÊNCIAS, ao final do trabalho, deverão obedecer às normas da ABNT conforme Manual UEL (<https://sites.uel.br/bibliotecas/wp-content/uploads/2023/08/ApostilaABNT2023.pdf>). Somente poderão ser referenciadas na bibliografia as obras citadas **no corpo do texto**. Essas devem estar em ordem alfabética e não devem ser numeradas. Deve-se utilizar fonte Arial, tamanho 11 (onze).

**m)** Os anexos e apêndices (se houver) deverão ser localizados no final do trabalho e identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos seus títulos correspondentes.